

N.º: Gp1489-IX
Proc.º: 30.06.01.23
Data: 23.02.2011

Assunto: Intervenção de abertura Debate de Urgência

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo
Senhoras e Senhores Membros do Governo

O Grupo Parlamentar do CDS-PP decidiu provocar este debate de urgência sobre a contaminação por hidrocarbonetos e metais pesados do solo, subsolo e aquíferos da Praia da Vitória, na sequência da análise exaustiva que realizamos ao relatório técnico do LNEC, tornado público no passado dia 4 de Fevereiro, e das perturbadoras reacções dos responsáveis políticos governamentais e municipais a uma conferência de imprensa do CDS sobre esta temática.

Antes de mais, o CDS nunca questionou a credibilidade do LNEC, mas as interpretações que este laboratório faz não são dogmas, baseiam-se em dados. É de dados que vamos falar.

O LNEC confirma que existem zonas poluídas.

O Governo Regional afirma que o LNEC identificou apenas dois locais contaminados. Não é verdade!

Veja-se o relatório geoelectrico e o relatório final onde aparecem as análises da água dos furos realizados nesse estudo.

Afirma o LNEC que *“foi ainda possível identificar locais potencialmente contaminados por hidrocarbonetos. Estes locais presumivelmente contaminados são:*

- *Local dos tanques enterrados no Pico Celeiro;*
- *A área de implantação do Cinder Pit pipeline e no antigo local de armazenamento de combustível no Bairro da Joaquina;*
- *A zona do Posto 1 (Main Gate);*
- *O local do antigo Pier 7;*
- *A saída da descarga de águas pluviais a norte da Base Aérea (North Storm Sewer)”*.

O Governo omite estas conclusões nas declarações à população, sendo por isso irresponsável quando afirma que *“não há contaminação da água e dos solos”*.

O LNEC afirma, quanto ao risco potencial, *“que a simples presença em diversos pontos de água de concentrações acima dos limites de detecção é um indício de uma potencial situação de risco que importa continuar a monitorizar no futuro”*.

O Governo, perante esta recomendação, levemente parte do princípio que *“não há qualquer risco imediato e directo”*.

O LNEC afirma: *“Como conclusão global refere-se que, pese embora a caracterização do estado ambiental das áreas analisadas ter confirmado a presença de áreas poluídas na região estudada, apenas se mediu uma situação de concentração de poluentes acima dos valores permitidos em furos e/ou*

piezómetros que captam no aquífero basal. Tal já havia sido identificado nalguns furos de abastecimento da Base Americana”.

Isto quer dizer que o aquífero basal está contaminado, ou seja, tem a presença de agentes ou substâncias indesejáveis com características nocivas ou mesmo tóxicas.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Se analisarmos os dados constantes do quadro 12 da Síntese do Relatório Final do LNEC, em 37 amostras do aquífero basal e em 17 amostras do South Tank Farm, verificamos que é elevado o número de análises que identificam metais pesados com valores acima da lei. Conclui-se mais uma vez pela contaminação do aquífero basal.

De acordo com a classificação do Instituto da Água (INAG) verificamos que em relação ao Crómio, em média, o aquífero basal está extremamente poluído, e no mínimo 50% das análises realizadas ao aquífero basal revelam poluição.

Ainda de acordo com a classificação do INAG, em relação ao Manganês e ao Ferro, é obvio que a zona do South Tank Farm está extremamente poluída com esses metais, enquanto em média o aquífero basal está fracamente poluído.

É por isto que o LNEC propõe um conjunto de recomendações tendo em vista a protecção dos recursos hídricos subterrâneos da área de estudo, em especial do aquífero basal que *“serve para abastecimento doméstico”, entre as quais:*

“A manutenção de um programa de controlo da qualidade da água através da monitorização semestral nos novos furos e piezómetros instalados, bem como para os furos da CMPV, para o conjunto de parâmetros cujas concentrações se encontram acima dos limites de detecção, tendo em vista acompanhar a evolução da situação” e “a realização de estudos complementares em áreas ainda não contempladas que se localizem a jusante de potenciais focos de poluição”.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

O trabalho do LNEC surge na sequência da divulgação pública de um estudo, mandado elaborar pelos Estados Unidos, cujas conclusões datam de 2005. Pelo menos desde há 6 anos que não existem dúvidas sobre a contaminação de aquíferos e solos na Praia da Vitória.

Aliás, algumas das conclusões agora apresentadas pelo LNEC constam do estudo norte-americano, que o próprio LNEC valoriza ao usá-lo como comparação para os seus resultados (Hydrogeological Study Report, Lajes Field, Azores, Portugal).

O Governo Regional em 2008, através do representante da Região na Comissão Bilateral de acompanhamento do Acordo das Lajes, Sr. André Bradford, admitiu ter conhecimento do estudo norte-americano, mas nada fez!

O Sr. André Bradford foi irresponsável ao não fazer caso deste estudo.

O Sr. André Bradford foi irresponsável ao ter dilatado no tempo as medidas de tratamento que já deviam ter sido implementadas há anos. Em vez da descontaminação, optou-se pela realização de mais um estudo.

O Governo Regional foi irresponsável por ter gasto mais de meio milhão de euros num novo estudo quando já tinha em mãos um estudo credível, que é valorizado pelo próprio LNEC.

O Governo Regional foi irresponsável ao anunciar a constituição de uma comissão de peritos, que ainda hoje não existe, para acompanhar o processo da contaminação.

O Governo Regional é extremamente irresponsável quando manipula ou omite dados técnicos e científicos de um estudo para dizer que não há contaminação do aquífero basal.

O senhor Secretário Regional da Presidência diz que o estudo do LNEC “*é abrangente e cientificamente irrepreensível*”. Concordamos!

No entanto, reavivamos-lhe a memória: o estudo de 2005, que o senhor desprezou, também era abrangente e cientificamente irrepreensível.

Lamentamos profundamente que na política subsistam pessoas capazes de ter uma atitude de tão grande leviandade.

O CDS não manipula dados, interpreta-os com rigor.

O CDS gostaria de não ter tido necessidade de provocar este debate de urgência, mas infelizmente, dada a tamanha irresponsabilidade de destacados responsáveis governamentais e municipais vemo-nos forçados a procurar a verdade e só a verdade com o intuito do cabal esclarecimento dos Açorianos.

O Deputado Regional



Artur Lima